



## **O COTIDIANO DOS HOMENS COMUNS NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX**

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3527

Karla Maria da Silva, UEM

Lupércio Antônio Pereira, UEM

### **Resumo**

Este trabalho – que é vinculado ao Laboratório de Estudos de História do Brasil - apresenta as linhas gerais de uma pesquisa ainda em fase inicial, que consiste em investigar a dimensão social dos habitantes da cidade de São Paulo entre fins do século XVIII e início do XIX. Através de documentos como as Atas da Câmara e o Registro Geral da cidade de São Paulo, de cartas, memórias, relatos de viajantes, e outros escritos do período, a pesquisa pretende estabelecer as feições gerais da população, analisar o cotidiano daqueles homens, seus hábitos, aspectos de sua alimentação, mobiliário, etc. Embora já tenham sido realizados inúmeros estudos acerca da cidade de São Paulo, os quais evidenciaram a rusticidade e a pobreza de seus habitantes, a predominância da vida rural sobre a urbana, e destacaram a precariedade das habitações, geralmente descritas como choupanas de pau-a-pique ladeadas por alguns poucos casarões de taipa, ainda são poucos os estudos que reconstituem o seu dia-a-dia, a história das pessoas para além da história da população. Desse modo, ao desvendarmos os códigos de vida de personagens anônimos e comuns, pretendemos lançar luzes sobre a temática e contribuir para a reconstrução da vida urbana do burgo paulista daquela quadra histórica.

### **Palavras Chave:**

São Paulo; cidade; cotidiano.

Este trabalho – que é vinculado ao Laboratório de Estudos de História do Brasil - apresenta as linhas gerais de uma pesquisa ainda em fase inicial, que consiste em investigar a dimensão social dos habitantes da cidade de São Paulo entre fins do século XVIII e início do XIX. A pesquisa pretende estabelecer as feições gerais da população, analisar o cotidiano daqueles homens, seus hábitos, aspectos de sua alimentação, mobiliário, etc.

Embora já tenham sido realizados inúmeros estudos acerca da cidade de São Paulo, os quais evidenciaram a rusticidade e a pobreza de seus habitantes, a predominância da vida rural sobre a urbana, e destacaram a precariedade das habitações, geralmente descritas como choupanas de pau-a-pique ladeadas por alguns poucos casarões de taipa, ainda são poucos os estudos que reconstituem o seu dia-a-dia, a história das pessoas para além da história da população. Desse modo, buscamos desvendar os códigos de vida de personagens anônimos e comuns, e contribuir para a reconstrução da vida urbana do burgo paulista daquela quadra histórica.

A vila de São Paulo, chamada inicialmente de São Paulo de Piratininga, foi fundada em 1554, a partir da construção de um colégio jesuíta no planalto da capitania de São Vicente - o Colégio de Trabalhos Apostólicos de São Paulo do Campo de Piratininga (reconstituído hoje no Pátio do Colégio). Até então, a vida da capitania vicentina passara-se essencialmente no litoral, principalmente nas vilas de São Vicente e Santos.

Originada de uma fundação religiosa, cujo principal objetivo era a conversão e a educação dos índios, a

cidade de São Paulo teria funcionado inicialmente como simples núcleo de catequese, ao passo que outros núcleos quinhentistas de povoamento, como Salvador e Rio de Janeiro, por exemplo, teriam funcionado como centro administrativo e de ação militar, respectivamente (SILVA, 1955, p. 59).

No entanto, no ano de 1560, com a elevação de São Paulo à categoria de vila, foi-lhe imposta também a função político-administrativa, reforçada pela instalação da Câmara que, apesar do reduzido número de oficiais, foi um fator importante de fixação, firmando-se logo como instância de poder. Em razão da constante ameaça de ataques de índios hostis – apesar da ação pacificadora dos jesuítas – a cidade de São Paulo acabou por desempenhar ainda uma função militar, desenvolvendo um aparelhamento de defesa fundamental para a sobrevivência da vila quinhentista<sup>1</sup>.

Segundo Raul de Andrade Silva (1955, p. 61), rapidamente se desenvolveu entre os habitantes “uma consciência comunal das necessidades coletivas e dos interesses locais”, o que fortaleceu seu apego ao lugar e “os tornou mais solidários, em torno da autoridade municipal”.

Em 1681, a capital de São Vicente foi transferida para São Paulo, que passou então a ser a “Cabeça da Capitania”. No ano de 1709, D. João V criou a capitania de “São Paulo e Minas do Ouro”<sup>2</sup> e, em 1711, a vila de São Paulo foi elevada à categoria de cidade. Nesse momento, a Câmara Municipal recebeu o cobiçado título de Senado da Câmara.

No ano de 1748, em razão dos conflitos pelas zonas auríferas e da política de fortalecimento do poder central, a

---

1 Aos poucos, os índios rebeldes foram migrando para o sertão, cada vez mais distante, fugindo das campanhas preventivas empreendidas pelos Capitães-Mores, não registrando São Paulo a presença de índios hostis desde 1596, como colocou Raul de Andrade Silva (1955, p. 63).

2 No ano de 1720, ocorreu um desmembramento, instituindo-se duas capitanias distintas, a de São Paulo e a de Minas Gerais. Em 1748, foram também desmembradas de São Paulo as regiões de Mato Grosso e Goiás, dando origem a duas novas capitanias.

capitania de São Paulo perdeu sua autonomia administrativa, passando para a jurisdição do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a cidade de São Paulo perdeu sua condição de capital da capitania. No entanto, em 1765, a autonomia da capitania paulista foi restaurada e a cidade de São Paulo passou novamente a ser a sede administrativa.

Desde sua fundação, a cidade de São Paulo apresentava traços e indícios de que tinha condições para se tornar o centro político, administrativo, religioso e econômico de uma vasta região. Em virtude de sua posição geográfica, já que era situada no meio de vias naturais de penetração para o interior, tornou-se um centro de circulação terrestre e fluvial, e a cidade de São Paulo se transformou “em um lugar obrigatório de passagem para todas as direções”, como afirmou Maria Luíza Marcílio (1973, p. 21).

No entanto, nos primeiros séculos, antes que a cidade pudesse transformar-se em um grande centro, essa mesma geografia seria responsável por sua pobreza e isolamento. Além das vias naturais citadas por Marcílio, existiam as dificuldades de transposição da Serra do Mar - a “Grande Muralha” – o que tornava extremamente custoso o intercâmbio, principalmente comercial, entre o litoral e o planalto. O “caminho do mar” foi uma preocupação constante para os paulistas e, mesmo já no início do século XIX, podemos verificar nas Atas da Câmara inúmeras referências acerca do mau estado de conservação da estrada. Essas dificuldades geográficas contribuíram, de acordo com Alfredo Ellis Junior (1979, p. 62), para que o planalto paulista fosse “uma região pobre, pequena, fracamente povoada, pouco ou nada produzindo”.

Durante muito tempo, o pequeno grupo populacional planaltino teve uma vida bastante difícil, condicionada às peculiaridades do meio físico, que lhe empunha padrões e costumes muito particulares. Essa condição influenciou decisivamente na história

de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil. Como escreveu Jaime Cortesão (1969, p. 255), “raras vezes a história duma nação foi tão moldada sobre o quadro geográfico como a do Brasil”.

Assim, nos primeiros tempos da colonização, São Paulo não apresentava a pujança e o dinamismo que teria a partir de meados do século XIX e, durante um longo período, permaneceu uma vila pobre e isolada. Para Ellis Júnior (1979, p. 161), esse isolamento resultante da situação geográfica teria provocado o “apresamento como base econômica, a pequena propriedade, o patriarcalismo atenuado, a autarquia quase que total, a policultura, a democracia, o baixo índice cultural e a fraca densidade da população”.

A rusticidade e a pobreza dos habitantes de São Paulo, assim como o desenvolvimento de uma economia de subsistência e a predominância da vida rural sobre a urbana, foram destacadas em inúmeras obras historiográficas, como também em diversos documentos da época, a exemplo das Atas da Câmara. São comuns também as referências à precariedade das habitações paulistanas, geralmente descritas como choupanas de pau-a-pique ladeadas por alguns poucos casarões de taipa.

Uma passagem de Paulo Prado ilustra bem o espírito da cidade de São Paulo nos primeiros tempos:

Envolta em neblinas, ou resignada às chuvas pesadas do morno verão, deveriam correr-lhe os dias vagarosos, na melancolia de seus campos. Poucas ruas eram calçadas com grandes lajes de pedra vermelha; os melhores edifícios, feitos de taipa; as casas, sob largos beirais, baixas em meio de vastos quintais, mais aumentavam o silêncio e o deserto da cidade. (PRADO, 1972, p. 99)

Comparada à região Nordeste, especialmente a algumas cidades das capitanias da Bahia e de Pernambuco, que, desde os primórdios da ocupação

portuguesa, tornaram-se núcleo econômico e social, a São Paulo dos primeiros séculos parece, por contraste, ainda mais inexpressiva.

Mesmo nas vilas litorâneas da capitania vicentina dos primeiros tempos, o desenvolvimento foi diminuto e as lavouras canavieiras da estreita orla marítima não alcançaram a robustez das do Nordeste. Segundo consta, era notória a diferença entre os modestos canaviais paulistas e os opulentos engenhos nordestinos.

De acordo com o já mencionado Ellis Junior (1979, p. 161), “enquanto o Nordeste brasileiro sustentava-se na sólida base econômica açucareira, favorecido pela maior proximidade com Portugal”, recebendo todas as atenções e benesses, “ao Sul, a capitania de São Vicente ficou quase esquecida pela Metrópole”. Enquanto a capitania da Bahia possuía uma população estimada em torno de 228.848 habitantes em 1780 e a de Pernambuco de 229.743 no ano de 1782, a estimativa populacional da capitania de São Paulo (que compreendia também o Paraná) era, no mesmo período, de 119.958 habitantes<sup>3</sup>. Note-se que a população estimada das duas capitanias nordestinas era quase o dobro da de São Paulo.

Em contraste com as cidades do Nordeste, São Paulo – que em 1798 contava com apenas 22.535 habitantes<sup>4</sup> - foi bastante pobre de recursos nos dois primeiros séculos da colonização e, nos setecentos, a região se viu em condições piores do ponto de vista de seu abastecimento de gêneros. Ocorria então a falta de mantimentos, o seu encarecimento e a miséria de grande parte da população.

Em relação ao reduzido número de habitantes, uma série de fatores

concorreu para manter baixa a densidade demográfica de São Paulo durante o período colonial; dentre esses fatores, podemos destacar, por exemplo, o bandeirantismo.

Símbolo de expansão e de povoamento, as bandeiras fizeram com que muitos paulistas se afastassem de sua região, contribuindo para o atrofiamento urbano, demográfico e econômico da vila de São Paulo. Nos primeiros tempos, eles retornavam aos seus lugares de origem, mas, aos poucos, foram se fixando nos remotos territórios que descobriam e ocupavam. Assim, o bandeirante transformou-se “no colono e povoador das regiões do Sul, criador de gado e fazendeiro no Norte” (PRADO, 1972, p. 88)

Tanto as bandeiras de apresamento do elemento indígena foi fator significativo do raleamento da população paulista quanto o deslocamento para as regiões auríferas – primeiro Minas Gerais, em seguida Goiás e Mato Grosso. Minas Gerais, além de ter atraído muitos homens, que lá se estabeleceram, foi cenário do desaparecimento de outros tantos, envolvidos nas disputas pelas jazidas de ouro, como a Guerra dos Emboabas (1707-1709), por exemplo.

Desse modo, embora o bandeirantismo tenha trazido consequências positivas para São Paulo, a exemplo da ascensão político-administrativa, derivada da importância e do prestígio alcançados com as campanhas sertanistas, trouxe também despovoamento e miséria.

Outro fator foi responsável pelos baixos índices demográficos de São Paulo: a corrente povoadora que se deslocou para o sul, onde, segundo Oliveira Viana em *Populações Meridionais do Brasil* (2005, 139) “o domínio rural se traslada, destarte,

---

3 Séries Estatísticas Retrospectivas. Vol. 3. Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 1986. (p. 29).

4 RABELO, Elizabeth Darwich. *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980. (p. 28)

sob a forma de bandeira, integralmente, para as novas terras descobertas”. Nesta região, prosperava principalmente a criação de animais destinados ao comércio de carne e ao abastecimento de tropas, que empregavam esses animais principalmente no transporte de longas distâncias.

O recrutamento militar também contribuiu para o deslocamento dos paulistas, os quais participaram significativamente nas campanhas do Sul, onde muitos morreram lutando contra a Espanha, pela posse da colônia de Sacramento durante quase todo o século XVIII. Além disso, de acordo com Elizabeth D. Rabelo (1980, p. 36), “a simples possibilidade dos habitantes serem chamados para o serviço militar provocava enorme pânico, fugas, abandono da agricultura”.

Foi apenas nas últimas décadas do século XVIII, segundo Maria L. Marcílio (1973, p. 22), com o fim das bandeiras e da corrida para as regiões do ouro, os habitantes da capitania de São Paulo (cerca de 190 mil à época da Independência) foram se enraizando significativamente e, “de predadores, os paulistas se transformaram em comerciantes”. O prematuro esgotamento das minas por volta de meados do século XVIII acabou liberando capitais e braços para outras atividades e, a partir desse período, o Brasil sofreu um novo impulso em suas atividades agrícolas. Nessa fase, a capitania paulista viveu um crescimento populacional considerável: sua ocupação intensificou-se não só nas áreas já penetradas, mas também rumo ao Oeste. Foi nesse contexto que as lavouras canavieiras receberam grande estímulo e o açúcar apareceu como um produto importante para a capitania paulista. Além das circunstâncias internas, fatores externos também contribuíram para que a cultura da cana se tornasse economicamente interessante para São Paulo, a exemplo das “mudanças de hábitos alimentares na Europa, que tornaram o açúcar um produto sempre

mais desejado, e o aumento do preço do açúcar, devido à rebelião das colônias francesas”. (PETRONE, 1968, p. 10)

Esse impulso do açúcar teria ocorrido a partir do governo de Luís de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que governou a capitania - que recém readquirira a autonomia administrativa - entre os anos de 1765 e 1775. Mesmo entre seus críticos, reconhece-se que ele promoveu uma política de incentivo à produção tanto do açúcar quanto de outros gêneros agrícolas, procurando incrementar a vida econômica. Sucederam ao Morgado de Mateus outros governadores que, na passagem do século XVIII para o XIX, também se destacaram, incentivando a agricultura e o comércio, promovendo assim um grande desenvolvimento na capitania de São Paulo.

Assim, já na última década do Século XVIII, verifica-se grande otimismo com relação ao desenvolvimento da agricultura. São Paulo começava a deixar para trás a miséria e a decadência; convencendo-se de que “a sua vocação, daí por diante, será a agricultura”, os paulistas dedicavam-se intensamente à cultura da cana, “que por mais de meio século, vai ser o produto chave da economia paulista”. (PETRONE, 1968, p. 18)

Embora datem do governo do Morgado de Mateus as primeiras notícias de exportação de açúcar e algodão, naturalmente essa recuperação não foi imediata e demandou tempo e esforço: a notícia tornou-se mais frequente no desenrolar do século XIX.

Em suma, a quadra histórica localizada entre o fim do século XVIII e o início do XIX, caracterizou-se como um período de reorganização econômica tanto de São Paulo quanto do restante da colônia.

Foi justamente nesse período, na passagem do século XVIII para o XIX - em pleno processo de reestruturação da

capitania paulista - que focamos nossos estudos acerca da cidade de São Paulo, buscando reconstituir a vida cotidiana de seus habitantes. Dentre as fontes selecionadas para essa empreitada, destacam-se os vários escritos deixados por viajantes, principalmente estrangeiros, as Atas da Câmara da Cidade de São Paulo e o Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo, além de outros documentos. Mesmo um olhar panorâmico sobre esse conjunto documental pode nos dar uma imagem bastante precisa daquele cenário.

Como exemplo, citemos um dos mais conhecidos registros acerca do burgo paulista e de seus habitantes em fins do XVIII e início de XIX: o relato deixado pelo comerciante inglês John Mawe, classificado por Claro Ribeiro de Lessa – um de seus tradutores no Brasil (1978) – como o “número um dos viajantes-repórteres de nossa terra”. Mawe, que esteve no Brasil entre 1807 e 1811, transcreveu suas impressões no livro *Viagens ao Interior do Brasil*, publicado ainda 1812. Claro está que tal relato que não pode ser entendido como um retrato real e absoluto da época, mas é um documento vivo.

Na parte de seu livro dedicada à cidade de São Paulo, Mawe registrou detalhes preciosos da vida doméstica e da alimentação dos paulistanos, e fez interessantes anotações acerca do comportamento dos homens e das mulheres, tanto no recesso do lar, quanto em ambientes públicos e em situações formais. Tratou, ainda, de descrever o funcionamento do mercado, e caracterizar as “poucas fábricas”, “a classe numerosa” dos comerciantes, e alguns ofícios urbanos.

Observações acerca das moléstias, dos animais domésticos e de criação, e das plantas alimentícias, também constam nos relatos do viajante inglês.

No que diz respeito à sua impressão da cidade, de modo geral Mawe (1979, p. 63/64) evidenciou a rusticidade das casas e igrejas, “muitas das quais,

como toda a cidade, construídas de taipa”, assim como os hábitos espartanos de seus habitantes, “na maioria, fazendeiros e modestos lavradores, que cultivam pequenas porções de terra onde criam, para vender, grande número de porcos e aves domésticas”.

Outros viajantes estrangeiros que estiveram na cidade de São Paulo no mesmo período, como o também comerciante inglês Luccock, e o afamado botânico francês Saint-Hilaire, igualmente fornecem importantes elementos para compreendermos a dimensão social do homem comum daquela cidade, ainda modesta e inexpressiva à época.

Além dos relatos de viajantes estrangeiros, os documentos oficiais da Câmara da cidade São Paulo - as Atas da Câmara e o Registro Geral - também registram informações preciosas sobre o assunto, como já mencionamos.

Invariavelmente, os assuntos relacionados ao dia-a-dia da população eram comuns nas reuniões de vereança. Não apenas questões ligadas a aspectos econômicos, políticos e militares entravam na pauta, mas também banalidades do cotidiano. Intrigas entre vizinhos, animais que invadiam terrenos, descarte de dejetos, e problemas com formigueiros, por exemplo, eram matéria frequente nos encontros dos oficiais camarários. Observemos a seguir alguns exemplos.

Na vereação de 30 de junho de 1792, entre outras coisas, a Câmara deliberou sobre a necessidade de se eliminar um formigueiro e mandou que o escrivão

notificasse por carta a dona Escholástica que por sobre nome não perca senhora das casas em que mora o doutor Miguel Marcellino Velozo e Gama para no termo de oito dias das princípio a fazer extrahir um formigueiro que se acha dentro das ditas casas e dentro de quinze dias mostra-lo de todo extinto: com penas de que não o fazendo ser comndenada em seis

mil reis para as despesas do concelho pela sua desobediência... (ATAS DA CÂMARA DE SÃO PAULO, vol. XIX, ano de 1792, p. 300)

O mesmo pode ser verificado em atas de outras sessões, como na de 26 de setembro de 1795, quando “se mandou notificar o Padre Manuel Duarte do Rego para no termo de oito dias tirar um formigueiro de seu quintal” (ATAS DA CÂMARA, vol. XVII, p. 520). Note-se que até o quintal do padre era passível de interferência.

Porcos soltos também ocuparam os oficiais camarários que, em agosto de 1789 (vol. XIX, p. 98), mandou aqueles que tinham porcos soltos que “dentro de quinze dias os façam recolher às suas casas”.

Poderíamos ainda citar passagens em que se discutiu a retirada de água das bicas, a necessidade de caiar as casas e muros, onde os moradores deveriam deixar o lixo e jogar os dejetos, enfim, coisas simples, mas importantíssimas para entendermos a dimensão social da vida urbana.

Desse modo, podemos afirmar que a análise sistemática dos documentos mencionados pode lançar luzes sobre a nossa temática e ajudar a mapear o dia-a-dia daqueles homens e mulheres anônimos, até então pouco contemplados pela historiografia.

## Referências

**ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.** Publicação Oficial do Archivo de São Paulo. Vol. XVIII a XXII.

CORTESÃO, Jaime. **A colonização do Brasil.** Lisboa: Portugália Editora, 1969.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **A Economia Paulista no Século XVIII.** São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **A Cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850).** São Paulo: Ed. UES, 1973.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MOURA, Denise Soares de. **Poder Local e o Funcionamento do Comércio Vicinal na Cidade de São Paulo (1765-1822).** Revista História. Vol. 24, nº 2. Franca, 2005.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura Canavieira em São Paulo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PRADO, Paulo. **Província e Nação.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

RABELO, Elizabeth Darwich. **As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII.** São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980.

**REGISTRO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.** Publicação Oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1920. Vol. XI ao XV.

SILVA, Raul de Andrade. **São Paulo Nos Tempos Coloniais.** Revista de História, São Paulo. Vol. X, ano VI, n. 21 e 22, p. 55-88, jan/jun, 1955.